

Apresentação

Carlos Francisco Gonçalves Aguiar

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

A informação fóssil mostra que a diversidade em espécies aumentou paulatinamente desde a emergência da vida há cerca de 3.500 milhões de anos. O número de espécies de plantas terrestres progrediu num crescendo inexorável, pontualmente interrompido por catástrofes naturais, desde a sua evolução, algures nas margens de um curso de água doce no Carbónico Superior/Ordovícico inferior. Nunca coexistiram tantas espécies de seres vivos e de plantas no planeta Terra como no Holocénico (últimos 11.500 anos). Quer isto dizer que, em média, a taxa de especiação foi naturalmente superior à taxa de extinção, ainda que permeada por eventos catastróficos.

Em ciência, os conceitos são mais ou menos consistentes, e as teorias e as hipóteses corroboradas (confirmadas) ou refutadas (eliminadas) com base na evidência observacional e/ou experimental. Cientistas e não cientistas são livres de propor explicações alternativas, porém, em ciência, ninguém escapa à tirania dos factos: quem desafia uma hipótese ou uma teoria tem de provar que os dados que as sustentam estão errados ou propor explicações alternativas plausíveis, que compreendam toda a evidência disponível. A rejeição em definitivo de uma teoria depende do escrupuloso cumprimento de uma destas duas condições. Numa época de relativização da evidência e da ciência e, em particular, da ciência da biodiversidade, é crucial ter presente que o formidável corpo de observações acumulado na última década mostra, de forma perentória, que o biota terrestre enfrenta uma nova extinção em massa, desta vez mediada por uma espécie invulgarmente sucedida: o homem.

Hoje, a taxa de extinção de espécies por causas antrópicas ultrapassa largamente a taxa de especiação e, tudo indica, que esta tendência perenizou. Além de um valor intrínseco, a diversidade biológica tem um papel fundamental na manutenção de condições propícias à subsistência da espécie humana. Um mundo severamente depauperado em diversidade

biológica poderá não ser habitável. O nosso destino como espécie está indelevelmente ligado ao futuro da diversidade biológica.

A distribuição da biodiversidade e das ameaças que sobre ela pendem é desigual à escala planetária. Em 1988, Norman Meyers propôs o conceito de *hotspot* de biodiversidade numa tentativa de operacionalizar a identificação das regiões do globo onde deve ser concentrada a atenção dos cientistas da biodiversidade, e o investimento em conservação.

Os *hotspots* são caracterizados por níveis excepcionais de endemismo e por perdas massivas de habitat. Atualmente são aceites 35 *hotspots* de biodiversidade. Também relevante do ponto de vista político é o facto de muitos países de expressão portuguesa terem uma parte significativa, ou a totalidade do seu território integralmente abrangido por estes hotspots de diversidade. É o caso do Cerrado e da Floresta Atlântica no Brasil, das florestas costeiras de Moçambique, das florestas do sudoeste da Guiné-Bissau, da parte de macrobioclima mediterrânico de Portugal Continental e do arquipélago da Madeira, ou de Timor, que integra uma unidade biogeográfica designada por *Wallacea*. Ainda no âmbito do espaço da CPLP, ocorrem centros de origem de importantes géneros de plantas como o género *Aloe* em Angola, ou de plantas cultivadas como a mandioca, o amendoim ou a abóbora-menina (*Cucurbita maxima*) no Brasil, ou da melancia na região da Guiné. A biodiversidade do espaço da CPLP, nas suas múltiplas dimensões, tem uma relevância global.

Este volume da revista RILP celebra a diversidade biológica no espaço da CPLP e, simultaneamente, é um alerta para a necessidade de investir no seu estudo e conservação. Os artigos agora reunidos, e o *curriculum* dos seus autores, provam que existem competências que falam português para esta tarefa existencial. E o planeta Terra, e a vastidão dos seus ocupantes, agradecem toda a atenção que se lhe possa dispensar.